

Diário de um Repórter: uma Grande Reportagem do Caso Estela Pacheco¹

Marco Antonio de Barros JUNIOR²

Márcia Neme BUZALAF³

Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR

RESUMO

Entre 1980 e 2013, 106 mil mulheres foram assassinadas no Brasil, que ocupa o quinto lugar no ranking mundial de homicídios femininos, conforme o Mapa da Violência 2015. Assim, “Diário de um Repórter: uma grande reportagem do caso Estela Pacheco” tem o intuito de propor uma reflexão desse problema sociocultural por meio de uma grande reportagem. Para isso, percorre-se o assassinato da professora de música, Maria Estela Correa Pacheco, assassinada em 14 de outubro de 2000, em Londrina, norte do Paraná. Uma década e meia se passou: o caso continua impune e sem perspectiva de julgamento.

PALAVRAS-CHAVE: grande reportagem; homicídios femininos; impunidade; jornalismo impresso.

1 INTRODUÇÃO

Em uma madrugada do dia 14 de outubro dos anos 2000, Maria Estela Correa Pacheco, 35 anos, mãe, mulher de personalidade forte, professora de música, deixou a vida de modo trágico: foi agredida e atirada da sacada de um prédio. O Ministério Público do Estado do Paraná ofereceu denúncia contra o ex-namorado da vítima, o pecuarista Mauro Janene Costa nos termos do Artigo 41 do Código do Processo Penal. Quinze anos se passaram e o crime ainda não foi julgado.

“Diário de um Repórter: uma grande reportagem do caso Estela Pacheco” procura cumprir o papel de informar, fazer refletir, criar uma narrativa de aprofundamento do caso Estela Pacheco, uma dissecação pormenorizada da vida, morte e justiça da professora que virou metonímia: é representante das milhares de mulheres que são vítimas do feminicídio dia após dia no Brasil.

Assim como em inúmeros casos de homicídios, cujas vítimas são mulheres, o Ministério Público somente denunciou o réu sete meses após a ocorrência do crime. Apesar de apresentar características do feminicídio, como o relacionamento abusivo entre Estela e Mauro, o caso é enquadrado como homicídio simples, já que em 2000 não havia nenhum

¹ Trabalho submetido ao XXIII Prêmio Expocom 2016, na Categoria Jornalismo, modalidade JO 08 Reportagem em Jornalismo Impresso (avulso).

² Aluno líder e recém-graduado do Curso de Comunicação Social - Jornalismo da Universidade Estadual de Londrina, email: marcoantoniobarros14@gmail.com.

³ Orientador do trabalho. Professor do Curso do Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina. email: marciabuzalaf@gmail.com.

dispositivo na legislação brasileira que oferecesse proteção ou justiça para as mulheres que sofriam algum tipo de violência.

Confeccionado como um Diário de Repórter, não é apenas uma reconstituição das memórias sobre a professora de música. Vai além disso: é um exercício de lapidação, de humanização do labor jornalístico, é a contramão quanto à padronização industrial, à mecanização textual destinada aos meios impressos a partir da segunda metade do século XX em vigência até os dias atuais.

Vai além de responder todas as perguntas do *lead* no início de uma matéria, é nutrir a história e a vida humana. Não é pregada aqui a abominação ao *lead*, mas sim, o convite a uma nova ótica. A visão de um fato ampliado da realidade: a narrativa sobre uma mulher que poderia ser qualquer uma. É focar nas possibilidades narrativas do caso que figurou na imprensa apenas como factual.

Estela virou número, estatística: a professora faz parte do grupo de 106 mil mulheres assassinadas entre 1980 e 2013, segundo o Mapa da Violência 2015 – cujo autor é o sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz –, que analisou o número de homicídios no Brasil, por meio de fontes como o Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) e do Ministério da Saúde (MS).

Ao compararmos várias das características das agressões contra as mulheres que encontramos em outros países ao redor do mundo, o Brasil evidencia sinais da complexidade do problema em território nacional:

Com sua taxa de 4,8 homicídios por 100 mil mulheres, o Brasil, num grupo de 83 países com dados homogêneos, fornecidos pela Organização Mundial da Saúde, ocupa uma pouco recomendável 5ª posição, evidenciando que os índices locais excedem, em muito, os encontrados na maior parte dos países do mundo. (WASELFISZ, 2015).

Para viabilizar a grande reportagem, oito mulheres relacionadas direta ou indiretamente ao caso Estela Pacheco foram entrevistadas. Com relatos reflexivos e emocionantes atrelados às percepções do repórter, foi possível dar forma a uma narrativa que trouxe à tona o debate de problemas socioculturais evidentes em nossa sociedade: a violência contra a mulher, o machismo e a impunidade.

2 OBJETIVO

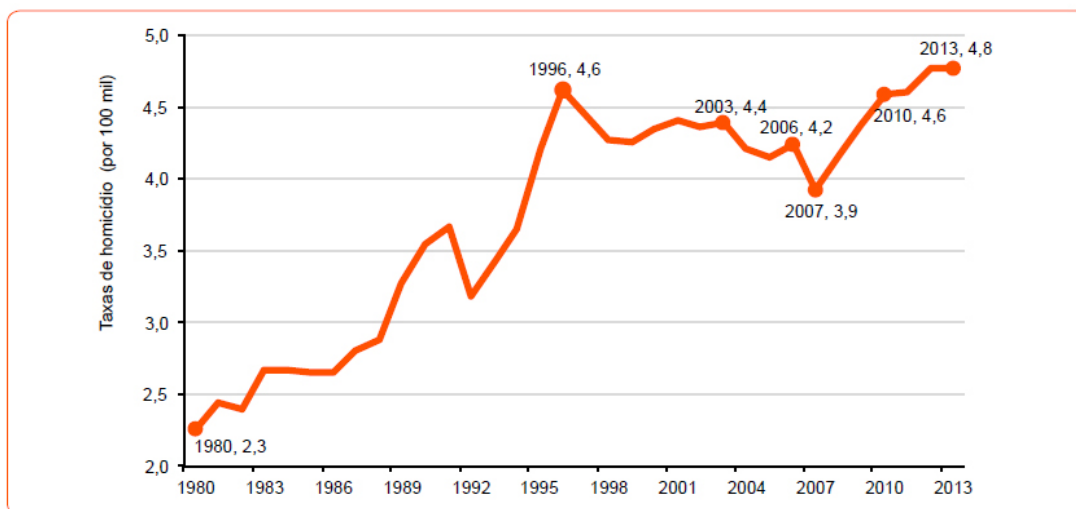
O trabalho aqui presente foi apresentado como peça prática na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II, do curso de Comunicação Social – Jornalismo da UEL, como forma de estimular o pensamento crítico e exercitar a criatividade na elaboração de um material jornalístico impresso que pudesse informar e gerar debate sobre temas de interesse coletivo.

Desse modo, a grande reportagem buscou não só contar quem foi Maria Estela Correa Pacheco, como ela viveu e morreu. Mas, teve como característica principal, ampliar a vida e a morte da professora para uma dimensão contextual: a de que dia após dia, mulheres são assassinadas por seus parceiros ou ex-parceiros. Mesmo sendo noticiado em veículos de comunicação, o problema ainda é pouco explorado na forma de materiais que proporcionem maior profundidade ao leitor, como reportagens e grandes reportagens.

3 JUSTIFICATIVA

O caso retratado neste trabalho é apenas um dos milhares que acontecem diariamente em território nacional. De acordo com o Mapa da Violência 2015, entre o período entre 1980 e 2013, 106.093 mulheres morreram vítimas de homicídio. O número de vítimas, que era de 1.353 em 1980, passou para 4.762 em 2013, representando um aumento de 252%. É interessante notar no gráfico abaixo que entre 2006 e 2007, quando a Lei Maria da Penha foi sancionada, houve uma redução no número de homicídios. Infelizmente, após esse período, as taxas voltaram a subir:

Gráfico 1 – Homicídio de mulheres em números



Fonte: Mapa da Violência 2015. Homicídio de mulheres no Brasil.

Em comparação à taxa internacional, o Brasil apresenta 48 vezes mais homicídios femininos que o Reino Unido; 24 vezes mais que Irlanda e Dinamarca; 16 vezes mais que Japão e Escócia. É claro que os indicadores brasileiros são excessivamente elevados. Quando falamos sobre a violência não letal (a mulher não chega a óbito), para jovens e adultas, de 18 a 59 anos de idade, o agressor é o parceiro ou ex-parceiro em metade de todos os casos registrados. O local das agressões se concentra em residências domésticas (71,9%), seguido pelas ruas (15,9%).

Com dados tão contundentes apresentados no Mapa da Violência 2015, é impossível não falarmos do machismo, tão arraigado em nossa sociedade. Para o antropólogo e sociólogo francês, Pierre Bourdieu (2003, p.83) a dominação masculina está tão presente no inconsciente da sociedade que dificilmente conseguimos pô-la em questão.

Para ele, a dominação masculina é simbólica, na qual o dominador (homem) consegue do dominado (mulher) uma forma de adesão subordinada. A masculinidade é mantida pela sociedade, passando pela criação de um conjunto de ideias sobre o homem e sobre a mulher, no qual o primeiro estabelece sempre as regras. Se há dominação é porque existem estruturas de poder que a criam e a recriam constantemente.

Simone de Beauvoir, filósofa e escritora francesa, defende em uma de suas principais obras, *O Segundo Sexo*, que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”. Para ela, “o drama do nascimento, o da desmama desenvolvem-se da mesma maneira para as crianças dos dois sexos”. Nos primeiros anos de vida, homens e mulheres desenvolvem-se da mesma maneira. Mesmo assim, a biologia atrelada às relações de poder já estabelecidas historicamente entre homens e mulheres faz-se presente.

Para a autora, “quanto mais a criança cresce, mais o universo se amplia e mais a superioridade masculina se afirma”. Certamente podemos fazer um comparativo com Bourdieu: a dominação masculina começa a ser difundida desde a infância, no próprio seio da família. Beauvoir também acredita que a doutrinação masculina na historicidade é dominante:

Sua cultura histórica, literária, as canções, as lendas com que a embalam são uma exaltação do homem. São os homens que fizeram a Grécia, o Império Romano, a França e todas as nações, que descobriram a terra e inventaram os instrumentos que permitem explorá-la, que a governaram, que a povoaram de estátuas, de quadros e de livros. [...] a superioridade masculina é esmagadora: Perseu, Hércules, Davi, Aquiles, Lançarote, Duguesclin, Bayard, Napoleão, quantos homens para uma Joana d'Arc; e, por trás desta, perfila-se a grande figura masculina de São Miguel Arcanjo! (BEAUVOIR, 1994, p.30).

De fato, a história não mente. Os grandes feitos e fatos históricos são associados majoritariamente aos homens. As estatísticas aqui apresentadas também evidenciam: a violência e a dominação masculina, a cultura do “macho”, ainda está intrínseca em nossa sociedade. A violência de gênero sempre existiu, não é algo novo. A novidade é a preocupação e o combate a ela:

A violência contra a mulher não é um fato novo. Pelo contrário, é tão antigo quanto a humanidade. O que é novo, e muito recente, é a preocupação com a superação dessa violência como condição necessária para a construção de nossa humanidade. E mais novo ainda é a judicialização do problema, entendendo a judicialização como a criminalização da violência contra as mulheres, não só pela letra das normas ou leis, mas também, e fundamentalmente, pela consolidação de estruturas específicas, mediante as quais o aparelho policial e/ou jurídico pode ser mobilizado para proteger as vítimas e/ou punir os agressores. (WAISELFISZ, 2015, p.7).

Porém, o que fazer quando as estruturas jurídicas, como no caso de Estela Pacheco, vítima do ápice da violência, o assassinato, não dão conta de fazer justiça? Visto que, nesses 15 anos de injustiça, 5 júris foram cancelados.

Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), "a morosidade processual no Poder Judiciário é a reclamação de quase metade dos cidadãos que procuram a Ouvidoria do Conselho". De acordo com o último relatório do órgão que atua como canal de comunicação entre o CNJ e a população, "dos 5.070 atendimentos realizados pela Ouvidoria, 2.306 foram relacionados à demora no julgamento de ações judiciais".

Desse modo, surgiu a ideia da realização de uma grande reportagem para debater os temas já expostos, pois ela garante a possibilidade de construir diversos cenários fazendo com que o leitor mergulhe com profundidade em cada tema. Se o factual tem caráter informativo, é na reportagem que encontramos a reflexão, é onde se destrincham temas, propõem-se diferentes percepções:

[...] visando atender a necessidade de ampliar os fatos, de colocar para o receptor a compreensão de maior alcance, é que o jornalismo acabou por desenvolver a modalidade de mensagem jornalística batizada de reportagem. É a ampliação do relato simples, raso, para uma dimensão contextual. (LIMA, 2008, p.18).

4 MÉTODOS E TÉCNICAS UTILIZADOS

Quando se aborda um caso brutal como o da professora Maria Estela Correa Pacheco, a qual também é vítima de um sistema judiciário falho, com cinco júris adiados, faz-se necessário uma narrativa com informações minuciosas e completas, proporcionando ao leitor uma visão amplificada do acontecimento. Para tanto, foi utilizada na grande reportagem características do jornalismo literário e investigativo. De acordo com Pena (2008, p.13), texto jornalístico literário tem o poder de:

Potencializar os recursos do jornalismo, ultrapassar os limites dos acontecimentos cotidianos, proporcionar visões amplas da realidade, exercer plenamente a cidadania, romper as correntes burocráticas do lead, evitar os definidores primários e, principalmente, garantir perenidade e profundidade aos relatos.

Intitulado “Diário de um repórter”, em certos momentos, há o uso do pronome pessoal do caso reto, o uso da primeira pessoa, gramaticalmente na forma de sujeito oculto durante o texto. O trabalho também tem um caráter íntimo: é uma narrativa de experiências, sentimentos, ideias – características também encontradas no jornalismo investigativo. Em geral, o jornalismo é baseado na busca da veracidade e informação, por meio da apuração dos fatos, seja pelo intermédio de pessoas ou documentos.

No jornalismo investigativo, além das características descritas acima, as do jornalismo convencional, há uma profundidade na abordagem, uma diversidade de fontes, sejam elas pessoais ou documentais. Para Lopes e Proença (2005, p.12), esse tipo de jornalismo é definido em três linhas: apresenta-se como produto de iniciativa pessoal; são produzidos na forma de reportagens especiais; e apresentam assuntos de interesse público, que algumas pessoas ou instituições querem manter ocultos. Os autores acreditam que o jornalismo investigativo é “como uma reportagem em profundidade” que possibilita mudanças na sociedade:

A liberdade se fundamenta não apenas no direito de saber o que acontece, mas também no direito de expor ideias que possibilitem formar espíritos críticos que contribuam para mudanças nas sociedades injustas. Essas premissas podem ser consideradas pilares do Jornalismo Investigativo, que se propõe a reconstruir acontecimentos importantes, promover reformas, expor injustiças, desmascarar fraudes, divulgar o que os poderes públicos querem ocultar [...]. (LOPES; PROENÇA, 2005, p.10).

Aliado a isso, o jornalismo investigativo tenta responder lacunas duvidosas presentes na sociedade, busca pormenorizar as causas e consequências de um fato. Lopes e Proença (2005, p.14) pensam que “o jornalista de investigação tem objetivos concretos que

transcendem a informação diária, cuja produção fica velha em 24 horas”. É para isso que o “Diário de um Repórter: uma grande reportagem do caso Estela Pacheco” nasceu, foi concebido: para expor uma injustiça e leva-la ao leitor com profundidade e ética, proporcionando debate e reflexão sobre as imbricações que permeiam o caso.

5 DESCRIÇÃO DO PRODUTO OU PROCESSO

As entrevistas da grande reportagem não seguiram um roteiro, já que não foram formuladas perguntas prévias. Elas se deram naturalmente, como forma de conversa, debate, reflexão. É claro que, para isso, foi exigida uma leitura profunda sobre o caso e seus tentáculos. Foi preciso procurar em livros, reportagens e artigos os aparatos necessários para realizar cada entrevista.

O material também contou com depoimentos do inquérito policial e do laudo pericial do caso, para conseguir transpor o leitor à época do crime. Esta produção foi um exercício de resgate e contextualização. O ponto de partida para a narrativa que você está prestes a ler foi a única filha de Maria Estela, Laila Pacheco Menechino.

O maior desafio foi manter a integridade de Maria Estela, a vítima, e Mauro Janene, o réu. De Estela porque ela não está mais aqui para contar a sua história. De Mauro, porque, mesmo com todas as evidências (encontradas no processo) de que ele tenha cometido o crime, ainda não foi julgado. Seria extremamente antiético colocá-lo como assassino.

A grande reportagem é de cunho engajado e social. Procura não só resgatar a memória de Estela, mas também colocar em evidência os fatos socioculturais que permeiam o caso: violência contra a mulher, morosidade processual e a dominação masculina. Para tanto, também foram entrevistadas outras mulheres:

Carina Paccola, jornalista que conheceu Estela durante a faculdade. Carina apresenta uma relação interessante com o caso, porque ela não era amiga íntima de Maria Estela, mesmo assim se sensibilizou por conta da morosidade do caso e da questão quanto à violência a mulher. No início de 2015 criou o grupo “Justiça para Estela”, local para debate e atualizações sobre o caso.

Patrícia de Castro Santos, docente da UEL, não conhecia Estela, mas foi peça chave para o grupo e para o caso. Sensibilizou-se pelo fato da morte de Estela ser considerada hoje um feminicídio. Ela foi atrás de advogado, falou com juristas para fazer com que o crime seja julgado rapidamente. É militante na causa do direito às mulheres.

Nicéia Lopes, jornalista policial e investigativa. Nicéia é de suma importância na grande reportagem, pois estava de plantão na delegacia na madrugada do crime. Foi a

primeira jornalista a falar abertamente que Estela não havia cometido suicídio, mas sim, tinha sido assassinada. A jornalista falou isso, mesmo antes do laudo pericial ficar pronto. Ela cobriu ao longo de três décadas os maiores casos policiais de Londrina.

Silvana Mariano, socióloga especialista em feminismo e políticas públicas. Silvana desenhou uma dimensão da dominação masculina presente em nossa sociedade, que tem relação com o caso. Bem como discutiu políticas de proteção às mulheres.

Claudete Canesin e **Uiara Vendrame**, advogadas do Núcleo Maria da Penha (NUMAPE). As advogadas apresentaram o NUMAPE, que auxilia mulheres agredidas pelos parceiros, antes que aconteça o pior – o feminicídio. A conversa com as duas foi interessante no sentido de discutir a existência de um local público de auxílio e proteção das mulheres.

Natália Zanuto, psicóloga do Patronato Penitenciário de Londrina. Natália abordou uma questão interessante: o auxílio ao autor de crimes contra mulheres. Ela coordena o programa intitulado “Basta”, que atende agressores condenados pela lei Maria da Penha. O objetivo é fazer com que esses agressores discutam o que fizeram: discutindo a dominação masculina ao longo da história; os conceitos de família; os valores da sociedade, para, então, quebrar o ciclo de violência doméstica.

A grande reportagem foi construída em diálogos, visto que humanizam a narrativa, deixando-a dinâmica e envolvente. As entrevistas, juntamente com os documentos sobre o caso (Processo do Ministério Público do Estado do Paraná e o Laudo Pericial do Instituto de Criminalística de Londrina), mais a leitura de livros, artigos e teses, dão forma e conteúdo à narrativa que foi diagramada pelo repórter com a colaboração de um estudante de jornalismo, Pedro Pinto e outro de Artes Visuais, Ricardo Rafalski. Além do texto, a diagramação contou com fotos do acervo pessoal da família Pacheco e obras artísticas que ajudam a compor visualmente a narrativa.

6 CONSIDERAÇÕES

Maria Estela Correa Pacheco vive novamente por meio dos verbos, dos substantivos, dos adjetivos, dos advérbios, das conjunções, das preposições e, principalmente, das percepções cunhadas pelo repórter. Ela representa um coro de mulheres vítimas da violência, umas já mortas, outras ainda vivas, em um ciclo de agressão que virou cotidiano.

A narrativa de Estela também é a do repórter, pois é questão de empatia. É a busca pela compreensão, pela possibilidade de denunciar o que não está certo. De chamar a atenção para um determinado fato. De desvendar, destrinchar, fazer uma reflexão sobre problemas socioculturais por meio de uma grande reportagem, por meio do jornalismo: o filho do esclarecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

LIMA, Edvaldo Pereira. **O que é livro-reportagem**. 1ªed. São Paulo: Coleção Primeiros Passos, 1993.

LOPES, Dirceu Fernandes; PROENÇA, José Luiz; (Org). **Jornalismo Investigativo**. São Paulo: Publisher Brasil, 2003.

PENA, Felipe. **Jornalismo literário**. São Paulo: Contexto, 2008.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência**. Homicídio de Mulheres no Brasil. São Paulo. Instituto Sangari. 2012 e 2015. Disponível em: <<http://www.mapadaviolencia.org.br/>>. Acesso em: 31 mar. 2016.